



FILHOS DE IMPÉRIO E PÓS-MEMÓRIAS EUROPEIAS
CHILDREN OF EMPIRES AND EUROPEAN POSTMEMORIES
ENFANTS D'EMPIRES ET POSTMÉMOIRES EUROPÉENNES

Sábado, 25 de abril de 2020



linha do tempo | 2019 | Nuno Simão Gonçalves (cortesia do fotógrafo)

“DEFENDERAM UMA TERRA PORTUGUESA”: ENTREVISTA A UM FILHO DE UM ANTIGO COMBATENTE AFRICANO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Fátima da Cruz Rodrigues

No âmbito do trabalho de campo do projeto MEMOIRS – Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (n.º 648624) e sediado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, foram realizadas, até à data, 169 entrevistas para recolher dados sobre as memórias herdadas pelos filhos e netos da geração que viveu os processos de descolonização de territórios dominados por Portugal, França e Bélgica no continente africano. A entrevista que se segue foi realizada no dia 1 de agosto de 2018, na Associação dos Deficientes das Forças Armadas, a Rui Barbosa de Andrade Lamarana.



“DEFENDERAM UMA TERRA PORTUGUESA”:
ENTREVISTA A UM FILHO DE UM ANTIGO COMBATENTE
AFRICANO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Rui Barbosa de Andrade Lamarana é filho de Armando Carolino Barbosa, um combatente que lutou no seio das Forças Armadas Portuguesas (FAP) durante a guerra colonial. Carolino Barbosa de Andrade, o pai, desapareceu depois de ter sido detido na Guiné-Bissau independente. Este texto parte da entrevista dada pelo Rui Lamarana e destaca algumas das histórias que lhe foram sendo contadas sobre o seu pai ao longo da sua vida. São histórias que pertencem à memória familiar de Rui, que ele quis partilhar com o MEMOIRS e que revelam algumas das interrogações de quem conhece o pai apenas através das memórias dos outros. Ao mesmo tempo, são histórias que manifestam a complexidade dos processos de transmissão de memórias que atravessam contextos marcados por ruturas políticas e ideológicas especialmente fraturantes em termos sociais.

Rui nasceu em Bafatá, no dia 29 de novembro de 1970, na Guiné-Bissau ainda sob o domínio colonial português. Nasceu sete dias depois de uma operação particularmente polémica da guerra colonial travada a partir do território da Guiné-Bissau, a operação Mar Verde, que tinha como objetivos derrubar o regime do presidente Sékou Touré e resgatar vários militares portugueses presos naquele país (1). O pai de Rui nasceu em Bissau, onde residia o seu avô Cabo-Verdiano. Avô que, segundo contaram a Rui, foi assassinado no início da luta armada contra o colonialismo português na Guiné-Bissau. Segundo lhe foi dito, no dia 23 de janeiro de 1963, forças que seriam do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) prenderam o seu avô, “levaram-no para o meio do mato e assassinaram-no brutalmente”. Poucos dias antes do início da guerra civil da Guiné, a 7 de junho de 1998, quando Rui estava a trabalhar na campanha da castanha de caju, uma senhora idosa disse-lhe que sabia onde estava enterrado o seu avô. Rui lembra-se de crescer a ouvir essa história, bem como as que lhe foram contando sobre o desaparecimento do seu pai e a morte do seu tio, histórias contadas pela sua família e por outras pessoas com quem se foi cruzando ao longo da sua vida.

Tal como muitos outros homens de origem africana, o pai e o tio de Rui lutaram no seio das Forças Armadas da nação colonizadora contra as forças independentistas dos territórios onde nasceram. A Guiné-Bissau foi o primeiro território do Ultramar a conquistar a sua independência de Portugal, a 10 de setembro de 1974, quase um ano após o PAIGC a ter proclamado unilateralmente, depois de uma guerra que teve início a 23 de janeiro de 1963. Pouco tempo depois da independência, começaram as discriminações, as perseguições, a detenção e a execução de antigos combatentes das FAP de origem guineense por parte do novo governo independente da Guiné-Bissau. Neste contexto, os irmãos Lamarana foram desses homens que, depois da guerra, foram objeto de diversas suspeitas e considerados traidores do projeto da Guiné independente.



“DEFENDERAM UMA TERRA PORTUGUESA”:
ENTREVISTA A UM FILHO DE UM ANTIGO COMBATENTE
AFRICANO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Rui confessa que é sempre muito doloroso lembrar o seu pai, mas que não lhe é menos doloroso recordar a história do seu tio, o Sargento Tchoca, que ele diz ter sido assassinado juntamente com o seu pai. “Sinto muito, sinto muito. Me dói quando lembro do meu pai. Mas o que me dói mais é do meu tio”. Rui conta que tinha quase cinco anos quando o seu pai foi preso, e que a última memória pessoal que tem em relação ao seu pai é a de ter entrado numa carrinha para o ir visitar a Gabu, onde ele estava detido. Não se recorda de o ter visto, e por isso até julga que “se calhar não me levaram e me deixaram em casa. E dali o meu pai ficou lá”.

Em relação ao seu tio, irmão do seu pai, Rui mostrou-se particularmente emocionado quando nos revelou o que lhe contaram quanto à forma como terá morrido: “no momento do fuzilamento, o meu tio, o Sargento Tchoca, foi ferido, [...] escapou, correu naquelas matas de Bambadinca até ali à entrada de Bafatá [...]. Ele estava ferido, estava cansado, estava a precisar de assistência”. Quando chegou a um rio, o tio de Rui encontrou um senhor que conhecia o seu pai. Como estava ferido, não podia nadar e estava em fuga pediu-lhe “só para o levar de canoa para a outra margem do rio”. E o senhor aceitou e disse: ‘Está bem, eu vou ali buscar o remo!’ Buscar o remo! Não era para buscar o remo. Chamou os agentes de polícia do PAIGC e prenderam o Sargento Tchoca, levaram para o quartel de Bafatá. Não sei como, assassinaram ele. Mas ouvi falar [que o] enterraram vivo [...]. De uma forma brutal, brutal. [...] Eu não entendo. Uma pessoa que fugiu de um momento de fuzilamento, não mostrou resistência e estava ferido, não valia a pena matar aquele senhor. Sobretudo os elementos do Comando Africano, tinham entregado farda, tinham entregado tudo. Os comandos já tinham vontade para que a Guiné chegasse a uma reconciliação verdadeira. Só que o PAIGC não queria, o PAIGC já tinha essa ideia de fuzilar todos os comandos”.

Rui conhece essas histórias sobretudo através da sua avó, mãe do seu pai, e do seu tio. “Eu falei muito, muito, muito com a minha avó! Eu fazia perguntas, ela me respondia. Porque nós estávamos ligados à nossa avó. [...] eu e os meus primos perguntávamos: ‘Então, avó, os nossos pais, vão voltar ou não vão voltar?’. Às vezes ficava com aquele sorriso, ficava ali. Porque ela nunca acreditou na morte do meu pai. Nunca acreditou. Dizia que estava de vida. [...] E ela respondia: ‘Depois a gente fala’. [...] A nossa avó não acreditou se na verdade os filhos dela não estão de vida. E sempre dizia que os dois estão de vida. ‘Estão em qualquer sítio’. É triste, é triste. [...] Ela tinha sempre essa coisa na cabeça. Mas depois explicava, explicava. Às vezes quando estava alegre nos explicava como é que aconteceu e é triste”.



“DEFENDERAM UMA TERRA PORTUGUESA”:
ENTREVISTA A UM FILHO DE UM ANTIGO COMBATENTE
AFRICANO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

A mãe de Rui falou-lhe pouco do seu pai, até porque não conviveu muito com ele. Algum tempo depois do desaparecimento do pai, Rui, a sua irmã, o seu irmão e os seus primos (filhos do seu tio) ficaram a viver com a avó paterna enquanto a sua mãe regressou a Bissau para a casa dos seus pais. “E a nossa avó era mãe, pai. Avó era tudo, tudo, tudo. Era uma senhora, era, ela era forte, forte mesmo. Porque ela resistiu, porque naquela época quem era dos Comandos [Africanos das FAP] era mal visto. [...] Chamavam de traidores, chamavam de tudo. Tudo. Só que a minha avó não ligou a isso. Ouvia as indiretas dos vizinhos, o que falavam, mas é normal. [...] Mas não são, não são os traidores da pátria. Simplesmente cumpriram o juramento de bandeira. Porque, naquela época, o serviço militar era obrigatório. E juraram a bandeira e tinham de cumprir. Mas depois, até agora chamam de traidores”. Rui é da opinião que, depois do 25 de Abril de 1974, o PAIGC podia ter criado uma estrutura de reconciliação e assim ter evitado o fuzilamento de pessoas integradas nas FAP durante o período colonial.

Rui não sabe onde está o corpo do seu pai. Supõe que estará numa floresta em Bambadinca. É que, ao contrário de outros antigos combatentes das FAP descobertos numa vala comum na Guiné-Bissau depois do golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, o corpo do Carolino Barbosa de Andrade, o pai de Rui, ainda não foi encontrado. Rui era uma criança nessa época, mas recorda desta forma esses acontecimentos: “Porque me lembro muito bem, naquela época, [...] porque o 14 de novembro de 80 faltava alguns dias para eu fazer dez anos. [...] eu me lembro de que até perguntei para minha avó: ‘Mas e então e os nossos pais?’. E ela não me respondeu nada. Não respondeu”.

Além do que vai ouvindo e das questões que vai colocando, Rui conserva a medalha cruz de guerra de 4ª classe do seu pai e vários documentos e fotografias que lhe foram dando ou que foi encontrando, fruto da sua procura por mais informações. A maioria dos documentos que Rui possui foram guardados pela sua avó. Rui relata que a sua avó guardava tudo o que pertencia ao seu pai e ao seu tio, até as suas roupas, que “todas as sextas-feiras tirava, secava, para apanhar o sol. Depois nós íamos e então ela estava-nos a explicar: ‘Essa é a camisa do teu pai, esse é o sapato, essa é a calça’. E ela explicava, explicava”.

Entre os vários documentos da época colonial que conserva do pai, Rui diz que não destaca nenhum deles como sendo o mais importante: “eu às vezes há uns dias que eu fico ali, a ver as fotografias, a ler aquelas escritas e, para mim tudo, tudo o que está ali, tudo é especial”. Contudo, no dia da entrevista, o primeiro documento que quis mostrar foi a guia de marcha que indica que o seu pai é encaminhado



“DEFENDERAM UMA TERRA PORTUGUESA”:
ENTREVISTA A UM FILHO DE UM ANTIGO COMBATENTE
AFRICANO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

para a prisão. Confessa que esse documento o marcou particularmente, sobretudo porque considera que o pai, tal como outros antigos combatentes africanos das FAP, acreditou na reconciliação e que iria integrar o exército da Guiné-Bissau depois da independência.

Rui vive em Portugal desde dezembro de 2001 e esperava conseguir que atribuíssem uma pensão de sangue à sua mãe, decorrente da morte do seu pai pelos serviços prestados a Portugal. No dia 1 de agosto de 2017, precisamente um ano antes da entrevista que nos concedeu, a sua mãe faleceu sem nunca ter conseguido receber essa pensão. Rui não entende porque não concederam esse direito à sua mãe, apesar de reconhecer que o seu pai desapareceu depois da independência e de ter sido desmobilizado das FAP. Isto porque, segundo argumenta, “[...] foram assassinados porque defenderam uma terra portuguesa. Porquê? Por causa disso. Defenderam a bandeira portuguesa, porque se não fosse isso não assassinavam eles. [...] E, portanto, o Estado Português tinha que repensar e analisar a situação”.

Rui costuma participar no Encontro Nacional de Combatentes que decorre no dia 10 de Junho, junto ao Monumento Nacional aos Combatentes do Ultramar, em Lisboa, a não ser que esteja a trabalhar no estrangeiro. Desde o dia 14 de novembro de 2009, os nomes dos antigos comandos mortos em 1975 na Guiné independente foram inscritos nesse monumento, após longos anos de silêncio e indiferença. Por essa razão, esse memorial é muito especial para Rui, que afirmou: “Este ano fui lá, estava lá. Até tirei uma fotografia com o Folques (2) e com o meu filho”. E acrescentou: “Eu tinha que ir. Porquê? A gente nunca encontrou os restos mortais dos nossos pais. Exemplo: o meu pai, o meu tio e os outros também. Os comandos também, os filhos de alguns comandos. E ali para mim é o sítio que eu posso ir. E é triste, é triste”. Este simbólico lugar, bem como o regimento da Carregueira onde também estão inscritos, em duas placas, os nomes de todos os comandos mortos na guerra, são os locais onde Rui diz que encontra o seu pai, e onde leva o seu filho para lhe transmitir a sua história.

Ao longo da entrevista, Rui foi partilhando connosco as suas opiniões sobre vários assuntos, entre outras o racismo em Portugal, o colonialismo, a sua relação com a Guiné atual. Mas a sua narrativa acaba sempre por voltar àquilo que sente em relação ao desaparecimento do seu pai, justificando-se da seguinte forma: “porque isto fica na memória. Porque um filho a nascer sem conhecer o pai, ainda a ouvir a história como é que assassinaram o pai, como é que [...] isso fica. Porque eu, na verdade, quando lembro do meu pai, me dói, no fundo do coração. Me dói muito. Dói, e continua a doer. Mas, a vida é assim, é o destino”. O que parece reconfortar Rui é o facto de ter realizado um dos seus maiores desejos, como nos confessou no final da entrevista. Quando teve um filho, Rui não hesitou em lhe dar o nome do seu pai.



“DEFENDERAM UMA TERRA PORTUGUESA”:
ENTREVISTA A UM FILHO DE UM ANTIGO COMBATENTE
AFRICANO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

(1) Consultar António Luís Marinho (2005), *Operação Mar Verde: um documento para a história*, Lisboa: Círculo dos Leitores.

(2) Raúl Socorro Folques foi comandante do Batalhão de Comandos da Guiné que integrava três companhias de Comandos Africanos durante a Guerra Colonial.

Entrevista realizada e editada por **Fátima Rodrigues** e **Felipe Cammaert**

Fátima da Cruz Rodrigues é investigadora do Projecto *MEMOIRS - Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias* (ERC Consolidator Grant, n.º 648624) no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

MEMOIRS é financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 da União Europeia (n.º 648624) e está sediado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

